

APOSENTADORIA SEM ABUNDÂNCIA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 17.01.1984

O Ministro Jarbas Passarinho, diante da situação financeira insustentável da Previdência Social, tomou ou está defendendo duas medidas de redução de despesas que estão encontrando forte oposição. A primeira, já transformada em decreto, reduziu o valor da correção monetária das atuais aposentadorias, ao limitá-la ao crescimento da massa salarial. A segunda dirige-se contra os futuros aposentados, estabelecendo a idade mínima de 55 anos para a aposentadoria.

A primeira medida é evidentemente injusta, indefensável, mas a segunda, além de necessária do ponto de vista econômico, é perfeitamente razoável do ponto de vista da justiça social. E, no entanto ambas as medidas vêm sendo atacadas indiscriminadamente pela maioria da - população que naturalmente sempre prefere maiores benefícios - pelos políticos demagógicos e pelos intelectuais e jornalistas burocráticos que escrevem na nossa imprensa.

A aposentadoria por tempo de serviço é um contra-senso social. É uma vantagem típica de burocratas, que fazem uma carreira tendo como objetivos máximos a promoção de cargos e afinal a aposentadoria. E como os cargos são limitados devido à forma de pirâmide das organizações burocráticas, a aposentadoria enquanto se é ainda Jovem torna-se a grande meta para a maioria.

Essa deformação burocrática, que permite a homens e mulheres em pleno vigor da idade, com cerca de 50 anos, aposentar-se, foi estendida a toda a população através da aposentadoria por tempo de serviço do INPS.

Muitos dos aposentados voltam a trabalhar. E o resultado é que passam a receber dois salários exatamente no momento em que seus gastos com educação de filhos começam a

diminuir. A aposentadoria é equivocadamente entendida como uma recompensa na maturidade da vida e não como uma segurança para a velhice.

Se vivêssemos no mundo de abundância nada haveria a objetar contra a aposentadoria por tempo de serviço e contra esse entendimento, extremamente difundido nas classes médias brasileiras da aposentadoria como recompensa. Mas, muito pelo contrário, vivemos em regime de escassez e crise. E nesses momentos é preciso estabelecer prioridades e, com coragem, implementá-las. Se não o fizermos os benefícios de alguns privilegiados terão que ser pagos pelo restante da população. E mais especificamente, pelos próprios beneficiários legítimos do INPS: os aposentados velhos e os que dependem de pensões ou de assistência médica.

No caso presente, fala-se na eliminação de uma série de benefícios, reduz-se inaceitavelmente às aposentadorias dos atuais aposentados, para se permitir a aposentadoria de quem não está na idade de se aposentar.

O argumento principal contra a aposentadoria aos 5 anos é o de que a vida média dos brasileiros de baixa renda é inferior a esse limite. Ora, esse argumento não faz sentido porque a idade média é calculada incluindo a mortalidade infantil. Se tomamos a expectativa de vida média dos que já têm 10 anos, essa expectativa aumenta muito. E de qualquer forma, não faz sentido, com esse argumento, beneficiar indevidamente uma imensa quantidade de pessoas que se aposenta quanto têm ainda perfeitas condições para trabalhar.

Sei que esta minha posição não é simpática. O ideal seria sempre dar tudo para todos. Mas essa atitude resulta em demagogia e injustiça. Afinal o milagre da reprodução dos pães não está à nossa disposição.(17/01)